

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.690 - SP (2019/0130385-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : LUCIENE MARIA BARBIERI AZAR
ADVOGADOS : LENIRO DA FONSECA - SP078066
BRUNA OLIVEIRA DE GONZÁLEZ E OUTRO(S) - SP321358
AGRAVADO : CENTRO UNIVERSITARIO DAS FACULDADES ASSOCIADAS
DE ENSINO-FAE
ADVOGADOS : ANA PAULA FERNANDES ALEIXO - SP131834
GABRIEL BELLONI RODRIGUES FERREIRA E OUTRO(S) -
SP394330

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por LUCIENE MARIA BARBIERI AZAR contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

PROFESSORA UNIVERSITÁRIA, VERBAS INDENIZATÓRIAS.
SUPRESSÃO DE AULAS. ASSÉDIO MORAL.

- O recebimento de ajuda de custo para viagens, hospedagem e transporte de materiais para as aulas práticas está previsto no plano de carreira dos professores universitários regidos pela CLT. Migrando a autora para o regime estatutário, não poderia a autarquia requerida persistir no ressarcimento de despesas sem amparo legal, não sendo possível a incorporação de vantagem pecuniária a que se deixou de ter direito.

- Não é dado ao judiciário substituir por sua própria discricionariedade a exercida na esfera administrativa, não se desvelando, na espécie, caracterizada aversão da legalidade com os atos administrativos hostilizados.

Não provimento da apelação.

É o relatório. Decido.

Na espécie, não é cabível o recurso especial por alegação de divergência de interpretação de norma constitucional.

Nesse sentido: “Quando o julgado estiver calcado na interpretação de dispositivos da Carta Magna, não cabe apelo nobre, mesmo pela alínea c do permissivo constitucional, pois este é admitido tão somente para a análise de matérias referentes à interpretação de normas infraconstitucionais” (AgRg no Ag 1045375/PR, relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe de 15/9/2008).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1345524/MG,

relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 8/6/2016; e REsp 1328975/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 3/10/2012.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente